

**"ELABORAÇÃO DOS CERTIFICADOS ENERGÉTICOS (EX-POST) DE 88 FRAÇÕES
DO BAIRRO CANCELA DE ABREU "**

CADERNO DE ENCARGOS

RELATIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
A CELEBRAR NA SEQUÊNCIA DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO

1 - Objecto do contrato

Pretende-se com esta prestação de serviços, a elaboração dos necessários certificados energéticos "Ex-Post", resultantes das intervenções de reabilitação do edificado do Bairro Cancela de Abreu, nas vertentes de reparação das envolventes, condições de salubridade e higiene dos espaços, modernização das condições de conforto (higrotermia), equipamentos de produção de AQS e climatização.

A certificação energética de edifícios permite aos utilizadores dos edifícios obter informação sobre o desempenho energético dos mesmos, de forma clara, objetiva, específica e condensada.

O certificado SCE são reconhecidos como certificações técnicas, pretendendo-se, por esta via, clarificar a sua aplicação em matéria de consulta e vistorias.

Tais certificações técnicas são obrigatórias na instrução de operações urbanísticas e, para além desse aspeto, serve igualmente, em contexto de edifícios novos ou novas intervenções, de mecanismo de verificação do cumprimento dos requisitos térmicos a que esses edifícios estão sujeitos.

2 - Prazo para o início da execução do contrato

Cinco dias após a notificação da adjudicação.

3 - Prazo de execução

O prazo previsível para as várias tarefas desta prestação a que se alude no número anterior, no âmbito da prestação de serviços, deverá ser de **45 dias** e deverá respeitar o estipulado no Caderno de Encargos, faseado do seguinte modo:

- 3.1 – Levantamento dimensional, construtivo, fotográfico de todas as 88 unidades autónomas (1ª Fase) - 15 dias, após notificação de adjudicação;
- 3.2 – Cálculo e simulação térmica de todas as 88 unidades autónomas (2ª Fase), 30 dias;

3.3 – Execução e emissão do certificado energético final (3ª Fase).

Os trabalhos a desenvolver, dizem respeito à realização das vistorias/visitas, cálculo e emissão de certificado final (após a conclusão das obras de intervenção).

4 - Penalidades

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V * A / 500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da fase em atraso e A é o número de dias em atraso.

5 - Objecto do dever de sigilo

O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Amarante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

6- Preço base

O preço base, sendo entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade das prestações, no presente procedimento é de **8.641,60 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

7 - Caução

Não há lugar à prestação de caução.

8 - Condições de pagamento

O Município de Amarante compromete-se a efectuar o pagamento da seguinte forma:

- a) 50 % do valor global, com a conclusão da 1ª fase (Vistorias/Visitas).
- b) 50 % do valor global, com a conclusão da 2ª e 3ª fases (cálculo e emissão/entrega dos certificados finais).

9 - Resolução por parte do contraente público

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

10 - Foro competente para a resolução de litígios

As questões emergentes da execução do contrato serão dirimidas pelo Tribunal competente, em razão da matéria, da área do Município de Amarante, depois de esgotados os meios amigáveis para a sua resolução.

11 - Obrigação da manutenção das propostas

O concorrente é obrigado a manter as respectivas propostas pelo prazo de **66** dias ou superior, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

12 - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

13 - Documentos de habilitação

Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código de Contratos Públicos (adiante designado de CCP), aprovado pela Lei nº 30/2021 de 21 de Maio;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP. A apresentação destes documentos será dispensada, caso o adjudicatário refira e demonstre estar registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado;
- c) Apresentação de Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei nº 89/2017, de 21 de Agosto.

14 - Constituição do Processo

O serviço será obrigatoriamente executado por técnico qualificado para o efeito (PQ), de acordo com os requisitos previstos na legislação em vigor sobre Certificação Energética de Edifícios, estruturado nas fases de trabalho referidas nos pontos 3 e 8 deste caderno de encargos:

No final e após o pagamento das taxas à ADENE (da responsabilidade da entidade adjudicante), deverá o prestador de serviços (co-contratante) proceder à entrega dos Certificados Energéticos “ex-post” das 88 frações.

15 - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código de Contratos Públicos.